



Congresso dos Metroviários de SP



**Metrô público, estatal e de
qualidade.**

Garantia de direitos e conquistas.

Não à privatização!

**Contra a criminalização dos
Movimentos Sociais.**

**Por uma central classista, unitária,
democrática e de luta.**

**Por um país soberano, com justiça social,
emprego e desenvolvimento!**

Caderno de **emendas** *ao Texto-Base*

9º Congresso dos Metroviários
Dias 4, 5 e 6/12
Em Atibaia

TEMA 1

Conjuntura Internacional

Emenda aditiva

A crise econômica mundial e suas conseqüências para o povo

A crise econômica norte-americana se alastra por todos os países e não dá sinais de trégua: começou abalando as instituições financeiras e agora dá sinais claros de atingir toda economia mundial.

Não foi por falta de aviso. Na história do capitalismo, existem inúmeros exemplos de euforias especulativas que terminaram em pânico geral. Como a marcha insensata dos acontecimentos não foi detida, a febre especulativa contaminou todos os mercados, multiplicando de maneira descabida a valorização do capital fictício e estimulando uma monumental sobre-acumulação de investimentos em escala global.

A profundidade e a extensão dos desequilíbrios financeiros que precisam ser digeridos superam em tudo a hecatombe que desarticulou o sistema monetário internacional em 1929. A estreita integração do sistema financeiro internacional transformou a crise norte-americana em uma crise global incontornável. Como os sistemas financeiros nacionais estão todos interconectados, não há como conter o processo de disseminação da crise sem subverter os alicerces da ordem econômica internacional montada nas últimas quatro décadas.

Em segundo lugar, a internacionalização das forças produtivas gerou uma complexa teia de relações comerciais e produtivas que bloqueia a possibilidade de saídas “nacionais” para a crise global. Enganam-se, portanto, os que imaginam que é possível passar incólume pelo terremoto econômico que abala o sistema capitalista mundial. Iludem-se igualmente os que apostam na possibilidade de um retorno a Keynes uma vez que seu arcabouço de política econômica pressupunha um regime central de acumulação hoje não mais possível.

A gravidade da crise não significa que a sobrevivência do capitalismo esteja em questão. Enquanto não houver uma alternativa ao regime do capital, não há dúvida de que, de uma ou de outra maneira, levando mais tempo menos tempo, as condições para a retomada da acumulação de capital serão restauradas. Claro que às custas do brutal aprofundamento e generalização da barbárie.

É preciso reagir. Os trabalhadores devem intensificar a luta em defesa de seus direitos, pois mais uma vez a burguesia vai tentar que nossa classe arque com os imensos prejuízos causados por mais esta crise do capitalismo.

Paulo Pasin (operador CCO)

Emenda aditiva

América latina e a resistência popular

A grave crise econômica que abala o mundo demonstra que a história não chegou ao seu fim como anunciaram os teóricos do neoliberalismo. Por isso, reafirmamos que a luta contra a ordem vigente e pela construção da sociedade socialista é possível e necessária.

Na América Latina, os movimentos sociais, organizações sindicais e populares se fortalecem na luta contra o imperialismo. Assim, os povos venezuelano, boliviano e equatoriano têm conseguido importantes avanços no que diz respeito aos direitos sociais e trabalhistas.

Paulo Pasin (operador de CCO)

Emenda aditiva

Haiti e Bolívia: epicentros da crise na América Latina

O Haiti continua ocupado pelas tropas da Minusth comandadas pelo Brasil. É preciso exigir a imediata retirada das tropas brasileiras do Haiti que continuam oprimindo o povo haitiano em nome da divisão internacional da produção política do imperialismo para área. O Caribe para o imperialismo deve ser área de plantação de biocombustível e de instalação de maquiladoras. As duas políticas se apóiam na mais baixa mão de obra salarial das Américas. Portanto as tropas brasileiras estão nesse país para potencializar e manter o “status quo”, para que os imperialistas possam trabalhar tranquilos.

Na Bolívia se deu um enfrentamento entre setores da burguesia boliviana, claramente fascistas e o governo boliviano apoiado pela maioria dos movimentos sociais tendo como pano de fundo uma tentativa de separação do país.

Essa separação defendida pela burguesia da “Média Luna” tinha um claro conteúdo racista (Evo é chamado de índio sujo, etc) estava a serviço dos interesses do imperialismo que vê a região como um importante nicho energético (Hidrocarbonetos) e de agronegócios.

Saudamos a luta do povo boliviano e estaremos juntos na luta contra o ressurgimento do fascismo na região.

Paulo Pasin (operador de CCO)

Emenda substitutiva do item 1 ao 10

A revista Carta Capital de 22 de Outubro de 2008 estampa em sua capa uma imagem muito feliz. Escrito com tijolos a palavra “WALL SE: Lá vai o outro mundo”. Expressiu a contraposição da comemoração em 1989 com a que da do muro de Berlim e o “fim” do socialismo real. A aliança formada entre o capital e o estado no processo de globalização estabeleceu um processo de acumulação do capital sem precedentes na história. E, agora a conta se apresenta com uma crise de igual dimensão e prejuízos a serem distribuídos.

Há um consenso de que atravessamos hoje a mais séria crise após o crash de 1929. Uma recente publicação da revista “Perspectiva Econômica Mundial” do próprio FMI afirmava que “... a economia mundial penetrou num território novo e precário... apresentando um cenário de grandes perdas, principalmente com o agravamento das condições financeiras, riscos inflacionários, choques adversos adicionais no mercado de petróleo e a anulação desordenada dos desequilíbrios do sistema de pagamentos globais.”

Esse quadro de desordem no sistema financeiro aliado a explosão nos preços de commodities e principalmente alimentos são ingredientes que a alguns anos sempre vem a tona em crises cíclicas do capitalismo, com mais intensidade a partir dos anos 90 com a aceleração da globalização em seus movimentos de alavancagem e estabilização. Porém, a complexidade das relações econômicas e políticas tendem a ampliar no tempo e espaço os custos dessa crise. Uma primeira estimativa dessa conta passa de US\$ 3,5 trilhões.

Os anos 90 consolidaram a expansão do neoliberalismo no cenário internacional e promoveram uma nova expansão das economias asiáticas que se estruturaram como pólos exportadores de multinacionais. No entanto, isso não resultou numa melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos ou na institucionalização da democracia; muito pelo contrário promoveu um cenário de especulação e concentração de renda causando forte estagnação econômica local e exportando prejuízos ao resto do mundo.

Os EUA têm sido, predominantemente, o mais importante destes países, onde num ambiente de liberalização e inovação financeiras, os excessos resultantes produziram a desordem que vemos hoje. Faz quase um ano desde que a crise americana do subprime (financiamento habitacional) se tornou global. Desastre ampliado com as seguidas intervenções em diversos países.

Na Europa de forma geral é preocupante um quadro de ascensão de lideranças com um viés demagógico e preconceituoso. Um cenário de dificuldade econômica e os custos elevados ainda do processo de unificação promoveram um caminho fácil para discursos conservadores visando culpabilizar políticas sociais e imigrantes como os principais responsáveis pelo baixo desempenho. O retorno de Berlusconi na Itália e o projeto contra imigrantes a ser implantado em todo continente são exemplos de que a gangorra política vai pendendo para o lado dos conservadores.

As conseqüências desse desajuste econômico têm se refletido em quase todo “primeiro mundo” com recessão econômica, desemprego, precariedade social. Motivos suficientes para desencadear um processo de radicalização de conflitos de excluídos e/ou imigrantes, nos dias de hoje chegando às classes médias em diversos países. O desemprego estimado pela Organização Internacional do Trabalho – OIT até final de 2009 é de 2 milhões de pessoas demitidas em todo o mundo. Na Europa de forma geral é preocupante um quadro de ascensão de lideranças com um viés demagógico e preconceituoso.

O Japão continua pagando o preço sobre políticas financeiras desastradas de anos atrás, aliás muito semelhante ao que aconteceu recentemente nos Estados Unidos, fato que o impediu de obter um dinamismo maior de sua economia e perdendo espaço para o desenvolvimento hegemônico da China na região.

A América Latina, com algumas turbulências, conseguiu um bom ritmo de crescimento. Assim como o Brasil, muitos países, especialmente exportadores nas áreas de petróleo e agroindústria, conseguiram recursos para financiar de suas políticas públicas. Fato ainda mais marcante, por serem governos de esquerda e assumirem rumos opostos daqueles ditados pelo FMI.

Um fato determinante nessa conjuntura é a eleição presidencial nos Estados Unidos. Após gastar mais de dois PIBs (U\$ 15 trilhões) na guerra contra o Iraque, sacrificando sua população, que viu reduzir cada vez mais os investimentos na área social, o governo Bush chega ao fim de forma melancólica e desastrosa. Foi extremamente significativo o fatos dos principais candidatos que disputaram prévias em seus partidos terem um discurso, no mínimo ácido, contra a política interna e externa do governo Bush.

Em outro cenário encontram-se os países chamados emergentes que vem com uma trajetória completamente distinta. A China há anos vem com um crescimento médio de 10% ao ano, 2 a 3 vezes a média internacional, gerando uma grande necessidade de matérias primas e energia. Ao mesmo tempo, Brasil, Rússia e Índia, com índices menores e ao mesmo tempo maiores do que a média dos países ricos, também encontraram um cenário favorável.

Outra repercussão negativa desse processo tem se dado no mundo do trabalho. Tem sido constante as denúncias de precarização nas relações de contratação e trabalho, com casos emblemáticos de seguidos suicídios por pressão na produção em montadoras francesas. Também o processo de redução da jornada de trabalho, que vinha ganhando fôlego com mais ênfase na França e Alemanha, tem sido “flexibilizado” ou mesmo restringido legalmente.

As propostas de solução da atual crise apresentadas nos países do primeiro mundo seguem na contra mão de seus princípios, ou seja, os Estados estão intervindo fortemente nas economias promovendo uma onda de “estatização” sem precedentes na história. Bancos comerciais e de investimento, agências de empréstimos e empresas têm o Estado como seu acionista majoritário. O discurso oficial passa principalmente pela defesa de utilização dos recursos do Estado sem nenhuma preocupação com dívidas, déficits e inflação; exatamente o que sempre defendemos e o que eles sempre contraditaram.

Antonio Adagoberto R. Pinto; Antonio Carlos Camargo; Antonio Marcos Dascânio; Antonio Marcos de Souza - Marquinhos; Amaro Vieira da Silva; Aparecida Zeferina Pereira Alves; Davilson Donizete Policarpo; Eduardo Alves Pacheco; Eduardo dos Santos; Eduardo Simão Dias; Elbo Benazzi; Eraide Queiroz Monteiro; Ivânia Alves Moura; José Maria das Dores - Zê das Oito; José Soares da Silva; José Vanderlei da Silva - Amaral; Luiz Carlos de Farias Traves; Luiz Carlos

Mena Herrera; Manuel Vitorino Paulino; Marcos de Abreu Freire - Marcão; Marlene Furino; Nailton Alves dos Santos - Buchecha; Pedro Ricardo Alves; Raymundo Antonio Pereira; Rubens Rodrigues Leite - Rubão; Tânia Machado Cândia; Teresa Oliveira - Terezinha; Thiago Porfírio Nogueira e Zilneide Alves de Santana

Emenda substitutiva parágrafo 7, 8 , 9, 10,11

Mais uma vez o capitalismo põe o mundo em crise

O ano de 2008 será lembrado na história pela explosão de uma das maiores crises econômicas do sistema capitalista. Desde 15 de setembro, com a falência do banco Lehman Brothers, instalou-se o pânico nos mercados capitalistas do mundo inteiro.

A oferta de crédito está congelada em forma generalizada. Nem as instituições financeiras nem os capitalistas individuais querem emprestar dinheiro.

Os Estados dos principais países imperialistas intervieram, injetando mais de 3 trilhões de dólares nos bancos e na economia. Isso não deteve a crise. Dia após dia ocorrem as maiores quedas nas Bolsas desde muitas décadas. Só na primeira semana de outubro as Bolsas de todo o mundo acusaram perdas globais de 6,2 trilhões no valor das ações. “Derretem-se” ações das maiores empresas do mundo como a General Motors e a Exxon, antes consideradas sólidas.

A crise da economia capitalista é um processo que está apenas no começo e vai atingir, em maior ou menor medida, todos os países. E, sem dúvida, as mais graves repercussões recairão sobre os trabalhadores e os pobres de todo o mundo.

O sistema financeiro dos Estados Unidos e da Europa está em plena quebra.

Já existe uma recessão nos países imperialistas, começando pelos EUA, e que está se estendendo para todo o mundo.

A França já acusou dois trimestres seguidos de crescimento negativo. O Japão sofreu uma queda de 2% do PIB no segundo trimestre deste ano. Já existe recessão na Itália, Inglaterra e Espanha. Também há recessão entre alguns dos países mais débeis da Europa, como Islândia e Irlanda. Houve uma queda da venda de automóveis nos EUA, com uma média de 30% em setembro. A General Electric, uma das maiores empresas do mundo, teve queda de 12% em suas vendas e busca financiamento.

Esta é, no mínimo, **a maior crise da economia mundial desde 1929 e seu epicentro está nos Estados Unidos**. Todos os países sofrerão os efeitos da recessão instalada nos países imperialistas.

Crise mundial atingirá os emergentes

A famosa tese do “descolamento” dos países ditos emergentes, que por serem supostas potências em ascensão poderiam escapar da crise econômica, revelou-se um mito. **Existe uma única economia e um mercado mundiais e as economias nacionais são partes deste todo e estão subordinadas a ele.**

Os “emergentes” já estão sentindo estes efeitos. A bolsa de São Paulo caiu 42% este ano, perdendo cerca de R\$ 1 trilhão e o dólar disparou com envio massivo para o exterior. A crise financeira já atingiu a Rússia onde, em uma semana, os pregões da Bolsa já foram interrompidos 4 vezes numa tentativa de impedir a fuga de capitais. Somente no dia 6/10, a Bolsa de Moscou caiu 19% e a de SP teve que ser interrompida 2 vezes. O governo russo foi obrigado a suspender o funcionamento da Bolsa por 2 dias para não ruir completamente o sistema financeiro. Na China, além da queda das bolsas, fábricas começam a ser fechadas e colocar trabalhadores na rua.

A princípio os governos latino-americanos, como os de Lula e Cristina Kirchner, tentaram minimizar a crise enquanto permitiam que os banqueiros e capitalistas internacionais e nativos retirassem seus capitais com ganhos extraordinários.

Afirmarões de que o Brasil ou a Argentina, ou outros países periféricos, não seriam atingidos pela crise não tem apenas o objetivo de encobrir a inação destes governos. Existe também um caráter **intencional** claro: os governos de Lula, Cristina Kirchner e outros

querem anestesiá-la a classe operária e os setores populares, desarmá-los, amarrar suas mãos para que aceitem passivamente pagar pelos custos da crise ou que a enfrentem totalmente despreparados para a inevitável luta de vida ou morte contra a superexploração, o desemprego e a fome que já se vislumbram no horizonte.

Para salvar os capitalistas: recursos públicos. Para os trabalhadores: arrocho e desemprego

Como em todas as crises da economia capitalista, a burguesia mundial já começou a descarregar os custos nas costas dos trabalhadores e dos setores populares. As primeiras manifestações são as restrições do crédito ao consumidor e os aumentos de preços. Por exemplo, só nos Estados Unidos, mais de um milhão e setecentas mil **famílias** americanas foram expulsas de suas casas porque não puderam pagar suas hipotecas.

A recessão provocará um enorme aumento do desemprego. Só nos Estados Unidos 750 mil trabalhadores já perderam seus empregos. Antes da explosão dos mercados financeiros a Organização Internacional do Trabalho (OIT) já previa que 5 milhões de trabalhadores se somariam a população desempregada no mundo este ano. Por outro lado, em mais de trinta países pobres já existia uma crise social por causa do aumento do preço dos alimentos e dos combustíveis. Aí, a recessão e o desemprego terão o efeito de uma verdadeira hecatombe social.

O capitalismo busca salvar os bancos com pacotes estatais que só nos Estados Unidos e Europa já somam mais de 3 trilhões de dólares. A décima parte dessa fortuna seria suficiente para acabar com a fome e dar água potável para toda humanidade. **Muitos economistas falam que o montante a ser gasto chegará a 7 trilhões de dólares de recursos públicos.**

No Brasil, enquanto se nega a negociar com os bancários, Lula já disponibilizou R\$160 bilhões aos banqueiros e empresários.

Os defensores do capitalismo que no momento de crescimento econômico e altos lucros defendem a privatização do Estado, agora nos momentos de crise e grandes perdas o Estado deve financiar os capitalistas. **Privatizar os lucros e socializar os prejuízos, tal é a lógica do capitalismo.** Os governos destes países buscarão cortar gastos com saúde, educação e planos de aposentadoria, bancados pelo estado. E, também vão procurar aumentar a exploração dos países periféricos.

América latina em luta

Na América Latina, a ofensiva imperialista combinada com a crise econômica de 2000-2001, gerou o crescimento e radicalização das lutas sociais no continente e levantes populares e revoluções em muitos países: insurreições no Equador (2000 e 2004); insurreição na Argentina em 2001; polarização política e social na Venezuela; vários levantes populares na Bolívia; intensas mobilizações no Peru, no México, na Costa Rica etc.

Essas rebeliões populares também tiveram reflexos nas eleições: a derrota dos candidatos identificados com o neoliberalismo e vitória dos que se apresentavam como oposição, resultando numa série de governos (caso do Brasil; Uruguai, Bolívia, Chile, Equador e Paraguai, Venezuela e Argentina). Alguns destes governos surgiram de um processo maior de lutas e são pressionados por ele (Bolívia e Venezuela). Embora alguns desses governos façam discursos contra Bush, o fato é que nenhum deles quer romper com o imperialismo ou com o capitalismo.

O Brasil é um dos mais pró-imperialistas do continente ajudando a explorar e oprimir os demais países: vide o papel vergonhoso da Petrobrás na Bolívia Equador e a presença das tropas brasileiras no Haiti.

O governo Chávez, por sua vez, contra quem um setor da burguesia venezuelana e Bush tentaram dar um golpe em 2002 (golpe este derrotado pela ação das massas) também não se propõe a romper com o imperialismo, apesar do discurso. Paga a dívida externa, supre as necessidades de petróleo dos EUA, as “nacionalizações” com indenização de algumas empresas, foram feitas com apoio dos ex-donos imperialistas que queriam ganhar dinheiro revendendo-as para o Estado. Outras, como a da siderúrgica Sidor foram produto de uma intensa luta dos trabalhadores, que enfrentaram uma dura repressão por parte do governo e o derrotaram O projeto chamado “socialismo do século XXI” defendido por Chávez não difere do

capitalismo do século XX e do programa de políticas sociais compensatórias defendidas pelo governo Lula.

A crise econômica mundial levará o imperialismo a exigir que se aprofunde ainda mais uma política de pilhagem de seus recursos e riquezas, bem como com o aumento da exploração dos trabalhadores. Essa crise se abaterá sobre esses “novos” governos, que vão buscar jogar o peso dela sobre as costas dos trabalhadores. Nesse sentido, é necessário apresentar uma alternativa classista e independente para os trabalhadores, uma oposição de esquerda e de classe a esse tipo de governo.

Por um plano econômico a serviço dos trabalhadores

Os trabalhadores do mundo inteiro precisam organizar-se e lutar para defender seus empregos, salários e casas, mobilizar-se contra os aumentos dos preços, contra o trabalho precário e pelos direitos dos imigrantes.

Pela **redução da jornada de trabalho sem redução de salário, planos de obras públicas para conter o desemprego, gatilho salarial de acordo com o aumento da inflação, fim de todas as formas de trabalho precário, expropriar todos os bancos e a estatizar o sistema financeiro** sob controle dos trabalhadores e sem indenizar os banqueiros. É preciso **expropriar também as grandes empresas imperialistas, anular as dívidas externas dos países pobres e estabelecer um rígido controle de capitais** que impeça sua fuga para os países imperialistas.

Para acabar com a escassez de alimentos e seus altos preços é preciso **expropriar os latifúndios e realizar reformas agrárias radicais** que dêem a terra aos camponeses pobres que a trabalham e aos “sem-terra” que querem produzir alimentos.

É necessário planificar a economia, colocá-la a serviço da satisfação das necessidades da grande maioria, os trabalhadores e os setores populares, e não para aumentar a riqueza de uns poucos.

Altino, Ciro, Raimundo Cordeiro, Cátia, Adelson, Alexandre Leme, Celso Borba, José Carlos, Vânia Maria, Marisa, Neusa, Borguin, Narciso. Assinam pela Alternativa.

Emenda aditiva após o parágrafo 13

Em defesa dos trabalhadores bolivianos contra a extrema-direita

O projeto da extrema-direita da Meia Lua representa uma grande ameaça não só para as massas bolivianas, mas também para o movimento operário e os povos de toda a América Latina. Nenhuma concessão aos fascistas, prisão e expropriação de todos os fascistas que atacaram covardemente os indígenas e os trabalhadores. Toda solidariedade aos trabalhadores e comunidades indígenas da Bolívia contra a extrema-direita da Meia Lua.

Altino, Ciro, Raimundo Cordeiro, Cátia, Adelson, Alexandre Leme, Celso Borba, José Carlos, Vânia Maria, Marisa, Neusa, Borguin, Narciso. Assinam pela Alternativa.

Emenda aditiva após o parágrafo 16

Obama, o império de cara nova

Será a primeira vez que os EUA terão um candidato negro com chances de vitória. Isso gera grande impacto nos EUA e no mundo. Gera também confusão e ilusões de que este possa significar uma mudança real na política imperialista. Mas, Barack Obama é apenas um rosto novo para enfrentar em melhores condições as dificuldades do imperialismo dos EUA no mundo e internamente.

No Oriente Médio, os EUA estão metidos num pântano, do qual não podem sair sem admitir uma derrota e já não podem aumentar

mais sua presença militar lá sem agravar a situação. Internamente, a recessão e perspectiva de crise econômica fazem a burguesia descarregar parte dos custos desta sobre os trabalhadores do próprio EUA: como é o caso da General Motors que ameaça despedir os que não aceitem rebaixar os salários pela metade. A classe operária dos EUA tem mais de 120 milhões de pessoas. Essa classe em luta pode estremecer os alicerces imperialistas.

Daí que um rosto novo, como o de Obama, é mais capaz para tentar defender os interesses burgueses/imperialistas no atual contexto de crise. Obama não é um candidato improvisado. Ele

foi preparado pela burguesia para poder ser útil em momentos difíceis para o imperialismo, como é o atual. Apoiado por empresas como a Goldman Sachs, Obama se ganhar as eleições será um inimigo muito perigoso para os trabalhadores e povos oprimidos do mundo, pela confusão que despertará, pois será visto como um líder diferente, mas que aplicará a mesma política.

Altino, Ciro, Raimundo Cordeiro, Cátia, Adelson, Alexandre Leme, Celso Borba, José Carlos, Vânia Maria, Marisa, Neusa, Borguin, Narciso. Assinam pela Alternativa.

TEMA 2

Conjuntura Nacional

Emenda aditiva

Efeitos da crise no Brasil

Prisioneiras dos interesses do capital financeiro, as autoridades econômicas brasileiras têm se restringido a administrar a crise, na vã suposição de que, após um período de fortes turbulências, as medidas para reforçar o caixa dos bancos farão os mercados voltarem à normalidade.

Mesmo como o socorro dado pelo governo Lula ao sistema financeiro:

a) Fruto da crise externa e da contaminação da economia real a Bolsa de Valores acumulou nesse período uma queda de 22% na primeira quinzena de setembro e 39% no ano;

b) O dólar subiu. Com o dólar em alta encarece os importados desequilibrando a balança comercial, já se fala em déficit comercial em 2009;

c) A dificuldade de crédito para o conjunto das empresas brasileiras, em especial o setor exportador especialmente o de agrobusiness apontam para o conjunto da economia uma contração severa;

d) A volta da inflação fruto das dificuldades na balança comercial e da alta do dólar.

Essa combinação de fatores pode nos levar a entrar no pior dos mundos: inflação com recessão.

Nesse sentido devemos exigir do governo federal uma política de congelamento de preços, combinada com uma proteção no poder de compra de um gatilho salarial de 3% sempre que a inflação atinja esse patamar. Além fortalecer as campanhas:

1) Pela redução da jornada de trabalho sem redução sem redução de salários e de direitos.

2) Pela ratificação imediata da Convenção 158 da OIT que impede a demissão imotivada.

Paulo Pasin (operador CCO)

Emenda aditiva

Lei do petróleo precisa garantir riqueza do pré-sal ao povo brasileiro

O que é pré-sal?

O pré-sal é uma reserva de petróleo que está abaixo do oceano. Imagine a coluna d'água do mar, de aproximadamente mil metros, abaixo uma camada de mais ou menos 3.000 metros de solo e rochas; depois, cerca de 2.000 metros de camada de sal (nitrato de sódio), e abaixo uma camada de cerca de 2.500 metros de rochas, somando os 7.500 metros onde se encontra a reserva de petróleo, ou seja, a

camada pré-sal. A reserva se estende pelas Bacias do Espírito Santo, RJ e Santos.

O petróleo brasileiro é explorado pela Petrobras, uma empresa que de brasileira agora só tem o nome. Em agosto de 2000, o Brasil vendeu na Bolsa de Nova York 36% das ações da Petrobras por US\$ 5 bilhões de dólares, que agora valem US\$ 70 bilhões de dólares. Hoje, 68% do patrimônio da Petrobras pertencem aos acionistas estrangeiros. Destes, 12% pertencem a acionistas brasileiros. A Petrobras agora é uma multinacional como outra qualquer.

Para garantir os dividendos do pré-sal, o Brasil tem que rever a política do marco regulatório, que é a lei que regula a exploração de petróleo no país. As reservas estimadas nas novas reservas são da ordem de 90 bilhões a 300 bilhões de barris. O povo brasileiro precisa garantir os dividendos dessa riqueza. Isso, principalmente, porque está previsto, por técnicos independentes, para ocorrer em 2020 o terceiro choque mundial do petróleo. Se agora ele já é motivo de guerra, imaginem quando as reservas mundiais forem acabando. Por exemplo, a Malásia, que era membro da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), passou a importar petróleo. O marco regulatório brasileiro, alterado em 1997, permite que quem extrai petróleo aqui deixe no máximo 45% dos dividendos e leve no mínimo 55%. Todos os outros países do mundo detêm 85% do que os outros extraem em seu território. Ou seja, a atual lei do petróleo no Brasil entrega o ouro ao bandido, já que todo mundo está de olho no pré-sal. Vejam só: enquanto ocorrem guerras e invasões pelo mundo afora por causa do petróleo, no Brasil, os congressistas, em 1997, alteraram a lei para entregar 40% a mais do nosso petróleo, em comparação com o resto do mundo.

Portanto, é preciso garantir ao povo o que é do povo. Pela revisão do marco regulatório!

Sergio Carioca (Pátio Jabaquara).

Emenda aditiva

Soberania alimentar e a crise inflacionária

São Paulo possui a cesta básica mais cara do País. Neste ano, a alta nos preços dos alimentos foi o principal responsável pelo custo total dos itens considerados básicos para a população.

Por imposição do mercado e dos grandes donos de terra, a produção voltada para a alimentação do povo trabalhador diminuiu enquanto os produtos para a exportação só aumentam. Isso tem como consequência um desequilíbrio nas prioridades do estado e do governo. Favorecer os usineiros, plantadores de soja e latifundiários no geral demonstra uma prioridade no agronegócio e não na agricultura familiar.

Para superar esta crise, é preciso tratar o alimento como sendo direito do trabalhador brasileiro e não como uma mercadoria. A

política agrícola do País deve estar baseada não no agronegócio e sim na satisfação das necessidades básicas da população: alimento bom e barato.

Por isso, o Brasil precisa colocar a Reforma Agrária no centro de sua política econômica, promover a soberania alimentar e dar acesso a terra a todos que querem trabalhar.

Sergio Carioca (Pátio Jabaquara)

Emenda aditiva após o item 34

O Brasil vem reagindo muito bem ao cenário de crise que vai se abatendo sobre o globo. Ao contrário de anos anteriores ao governo Lula, onde cada espirro lá fora provocava uma pneumonia aqui dentro, a economia nacional vai se consolidando e aumentando sua capacidade de atração de novos investimentos, recuperando sua posição entre as 10 maiores economias, posição esta perdida na era FHC. Isso se deu não por sorte ou mera casualidade, como defende a direita, mas por uma política clara e consistente em ampliar o mercado interno e pesados investimentos pelo governo federal.

Desde 2003 quando de sua posse o País vem experimentando um novo modelo de desenvolvimento de crescimento econômico com distribuição de renda, um de seus principais compromissos de campanha, no primeiro e segundo mandato. Esse ritmo tem sido freqüente mesmo com uma feroz oposição por parte das elites derrotadas nos últimos pleitos, sendo incapaz de derrubar os índices de aceitação de Lula e seu governo; muito pelo contrário, este movimento foi caracterizado como massa de pão “quanto mais apanha, mais cresce”.

As ações sociais do Governo Federal possibilitaram que 9,7 milhões de brasileiros deixassem a pobreza absoluta. O Programa Bolsa Família investiu R\$ 9,2 bilhões em 2007 e mudou a vida de 46 milhões de brasileiros. Além disso, a queda do desemprego, o aumento da renda familiar e a boa oferta de crédito ao consumidor permitiram que um número crescente de brasileiros melhorasse sua situação social: cerca de 23,5 milhões de pessoas migraram para um padrão de classe média, com renda mensal entre R\$ 1.062 e R\$ 2.017,00. Esse deslocamento fez a classe média superar 86 milhões de pessoas, reduzindo as desigualdades sociais históricas do Brasil.

O resultado direto dessa política foi a redução da miséria. Cerca de 9,7 milhões de pessoas deixaram o estado de pobreza absoluta, entre 2003 e 2006. Houve também diminuição da desigualdade, que pode ser constatada pelo índice Gini, criado em 1912, que mede a desigualdade de renda de uma nação. De 2005 a 2007, o Gini brasileiro caiu de 0,532 para 0,528. É a menor taxa registrada no País desde 1981.

Ao mesmo tempo o governo tem dados passos importantes no sentido da ampliação da democracia, do respeito à atuação dos movimentos sociais. Desde 2003, foram realizadas 44 conferências nacionais com ampla participação dos movimentos sociais e financiamento do governo federal, que contaram com a participação de quase 3 (três) milhões de pessoas.

Na reforma Agrária, entre 2003 e 2007, cerca de 448,9 mil famílias foram assentadas em 38 milhões de hectares. Este resultado equivale a 50% do total de famílias assentadas em 35 anos de história do Incra. O Programa Brasil Quilombola, empenhou-se em articular o processo de regularização fundiária das populações remanescentes de quilombos, com políticas públicas que assegurem o respeito a seus direitos sociais e culturais.

O Governo também tem investido enfaticamente no combate a corrupção e fraudes ao sistema econômico em operações constantes da Polícia Federal. Em virtude disso em recente levantamento realizado pelo Instituto Vox Populi constata que para 75% dos entrevistados há maior apuração de casos submersos e não aumento de corrupção.

No mercado de trabalho a situação não é diferente. Analisando a geração de empregos formais (com base no Caged e na Rais) e informais (calculados pelo IBGE), foram criados 10,2 milhões de ocupações, entre 2003 e 2008. Desse total, 8,1 milhões de vagas pertencem ao mercado formal. E os números podem ser ainda melhores, porque o Caged não calcula as contratações feitas pelo setor público.

Esse balanço só será revelado com a publicação da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2007, ainda a ser divulgada. Outra questão de extrema importância no mundo do trabalho são as ações de fiscalização contra o trabalho infantil e o trabalho escravo, ainda vigente por aqui. Foram diversas ações que inclusive custaram a vida de fiscais em Minas Gerais no ano passado.

O diálogo com o movimento sindical nunca foi tratado com tanta clareza e com resultados concretos como o programa de recuperação do Salário Mínimo, como resultado destas negociações, foi acordado em 2007 uma política permanente de valorização do salário mínimo, até 2023. Essa política tem como critérios o repasse da inflação do período entre as suas correções, o aumento real pela variação do Produto Interno Bruto (PIB), além da antecipação da data base de sua correção - a cada ano - até ser fixada em janeiro.

A política de recuperação do salário mínimo articulada em negociações com as centrais sindicais promoveu um ganho real acumulado no governo Lula de 37,02%, fatos sem precedentes na história. A maioria dos trabalhadores também conseguiu significativos aumentos em suas negociações salariais, onde segundo estudos do DIEESE mais de 80% dos trabalhadores conseguiram aumentos reais de salários em negociações nos últimos anos.

O acordo para o reconhecimento das Centrais Sindicais e o apoio para aprovação das Convecções da OIT como a 151 – que defende o direito a negociação - e 158 – contra a demissão imotivada, assim com a redução da jornada de trabalho são alguns dos temas fundamentais para a classe trabalhadora nessa conjuntura. Esse trabalho articulado entre as centrais sindicais teve um papel importante para garantir o avanço em conquistas como a recuperação do salário mínimo e deve ser ampliado para novas disputas.

Do outro lado a elite, que por sinal muito se beneficiou desse sucesso econômico, procura um discurso que justifique suas premonições de desastre econômico e social feito em todas as disputas eleitorais que não aconteceu. Pelo contrário, isso aconteceu exatamente nos países que eles adotam como modelo e não por menos também os principais responsáveis pela crise que atravessamos.

Antonio Adagoberto R. Pinto; Antonio Carlos Camargo; Antonio Marcos Dascânio; Antonio Marcos de Souza - Marquinhos; Amaro Vieira da Silva; Aparecida Zeferina Pereira Alves; Davilson Donizete Policarpo; Eduardo Alves Pacheco; Eduardo dos Santos; Eduardo Simão Dias; Elbo Benazzi; Eraide Queiroz Monteiro; Ivânia Alves Moura; José Maria das Dores - Zé das Oito; José Soares da Silva; José Vanderlei da Silva - Amaral; Luiz Carlos de Farias Traves; Luiz Carlos Mena Herrera; Manuel Vitorino Paulino; Marcos de Abreu Freire - Marcão; Marlene Furino; Nailton Alves dos Santos - Buchecha; Pedro Ricardo Alves; Raymundo Antonio Pereira; Rubens Rodrigues Leite - Rubão; Tânia Machado Cândia; Teresa Oliveira - Terezinha; Thiago Porfírio Nogueira e Zilneide Alves de Santana.

Emenda aditiva após o item 34

Conjuntura estadual

A continuidade do projeto conservador da era FHC em São Paulo trouxe sérias conseqüências para o desmonte no aparelho do Estado. Privatização, políticas e impedindo a investigação sobre denúncias de corrupção fortemente alardeadas pela mídia. Hoje há mais de 70 pedidos de CPIs engavetadas, e mesmo aquelas que foram aprovadas não foram instaladas numa atuação articulada por sucessivos governos.

As empresas estatais foram seguidamente privatizadas e, as poucas que sobraram estão sendo utilizadas como instrumento barganha política pelo governo. O caso da linha 4 do metrô é altamente emblemático, fazendo concessões à iniciativa privada na sua operação e inclusive na sua construção, afastando profissionais altamente capacitados. O resultado dessa política foi o desastre na futura estação Pinheiros com a morte de 7 pessoas.

Nas áreas de saúde e educação o quadro não é diferente, faltam escolas, hospitais, equipamentos e principalmente pessoal. Na outra ponta assistimos um avanço na repressão aos trabalhadores com demissões arbitrárias e intransigência nas negociações; isso quando o Estado negocia, pois em alguns casos nem mesmo a data base eles reconhecem como acontece como na educação e segurança pública.

Nos últimos 6 anos nunca o Estado obteve tantos recursos e favores do governo federal, além de contar com um forte aumento de arrecadação pelo crescimento econômico, e pouco a sociedade se apropriou dessa conjuntura. O resultado é a queda constante da participação do Estado no PIB do Brasil. A diferença de projetos políticos na atual crise mundial, onde as nações que romperam com os modelos projetados pelo FMI, também vemos em alguns Estados e Municípios brasileiros.

Antonio Adagoberto R. Pinto; Antonio Carlos Camargo; Antonio Marcos Dascânio; Antonio Marcos de Souza – Marquinhos; Amaro Vieira da Silva; Aparecida Zeferina Pereira Alves; Davilson Donizete Policarpo; Eduardo Alves Pacheco; Eduardo dos Santos; Eduardo Simão Dias; Elbo Benazzi; Eraide Queiroz Monteiro; Ivânia Alves Moura; José Maria das Dores - Zé das Oito; José Soares da Silva; José Vanderlei da Silva – Amaral; Luiz Carlos de Farias Traves; Luiz Carlos Mena Herrera; Manuel Vitorino Paulino; Marcos de Abreu Freire – Marcão; Marlene Furino; Nailton Alves dos Santos – Buchecha; Pedro Ricardo Alves; Raimundo Antonio Pereira; Rubens Rodrigues Leite – Rubão; Tânia Machado Cândia; Teresa Oliveira – Terezinha; Thiago Porfírio Nogueira e Zilneide Alves de Santana.

Emenda aditiva após o parágrafo 25

O Brasil é parte das lutas da América Latina

- o Brasil ocupa um lugar particular neste processo, ao se transformar em plataforma de produção e exportação utilizada pelas transnacionais para ocupar o mercado da região. Ao mesmo tempo em que sofre um processo de cada vez mais colonização, o Brasil tem sido utilizado como uma sub metrópole (econômica e política), para ajudar as empresas transnacionais e os países imperialistas na colonização dos demais países da América Latina. Mas, apesar de ter uma economia mais forte e complexa do que a maioria dos países latino-americanos, não foge à regra, quando se trata de perder cada vez mais soberania.

- nunca houve tanta transferência de recursos do país para os grandes agiotas através do pagamento da dívida pública; a desnacionalização da economia avança pelas privatizações ou venda de empresas de capital nacional para multinacionais; os direitos trabalhistas e sociais vem sendo atacados por sucessivos governos.

- os abalos da economia mundial com a crise do crédito imobiliário dos EUA vêm reafirmar a atualidade das análises que apontam para a aproximação de mais uma crise. As conseqüências para economias como a brasileira será muito forte, dada a sua subordinação ao capital financeiro internacional. Isso tende a levar a mais exploração e a um saque ainda maior de riquezas.

- um processo como esse pode levar a que o Brasil venha a viver também, como ocorre hoje na maior parte da América Latina, uma radicalização das lutas sociais e de polarização política.

Altino, Ciro, Raimundo Cordeiro, Cátia, Adelson, Alexandre Leme, Celso Borba, José Carlos, Vânia Maria, Marisa, Neusa, Borguin, Narciso. Assinam pela Alternativa.

Emenda aditiva após o parágrafo 27

Que os ricos paguem pela crise

Desde o início deste ano, uma crise econômica se anunciava partindo dos EUA, com a crise imobiliária de lá. Apesar do caráter global do capitalismo, de os EUA serem o centro do sistema e o Brasil cumprir um papel dependente na economia, o governo brasileiro dizia que a crise não chegaria aqui.

Os primeiros sinais já apareceram. Em setembro, os sinais da crise avançaram. Os investidores estrangeiros já mandaram mais de R\$750 milhões para fora do Brasil. Entre junho e agosto, mais de

R\$16 bilhões saíram do país para cobrir parte do rombo causado pela crise internacional.

Com isso, o discurso de Lula começa a se alterar. O presidente agora já admite que a crise “vai bater em todo mundo, da China ao Brasil”. O governo também já estuda reduzir as expectativas de crescimento de 2008 e do próximo ano. Ao mesmo tempo, o Banco Central já reviu para cima sua estimativa de inflação para esse período.

Dados do Banco Central mostram que o brasileiro nunca esteve tão endividado. Segundo o relatório de inflação do terceiro trimestre, o crédito avançou 31,8% nos últimos 12 meses, batendo novo recorde: chegou a R\$1,11 trilhão em valores absolutos. Os juros para os consumidores também aumentaram neste segundo semestre. Estão em média a 52,8% ao ano, os maiores desde 2006. Também aumentou a inadimplência, que está em 7,5%. Os juros e a inadimplência são os maiores desde janeiro de 2007. Ou seja, a crise não apenas chegará ao Brasil, como afetará diretamente os bolsos dos trabalhadores, que estão mais endividados do que nunca. E com a crise batendo às portas, os acordos salariais de diversas categorias neste segundo semestre já estão sendo bastante rebaixados. Porém, mais do que através do salário arrochado, da inflação e dos juros ao consumidor, o governo quer que o trabalhador pague pela crise de todas as formas. Por isso, com o avanço dos sinais de crise, o governo já ressuscitou as reformas sindical e trabalhista, deixando-as agora sob a responsabilidade do ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger. Ele apresentou algumas propostas ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) para avançar as reformas. Para se salvarem da crise, o governo e os patrões atacam ainda mais os trabalhadores. Por isso, é preciso enfrentar esta crise e seus gestores nas ruas.

Para cada ataque temos que levantar as bandeiras da classe trabalhadora.

Contra as demissões, estabilidade no emprego.

Contra o desemprego, plano de obras públicas financiado pelo não pagamento da dívida externa.

Contra fechamentos de fábricas e empresas, ocupação e estatização sob controle dos trabalhadores.

Contra a flexibilização de direitos, luta contra as reformas trabalhista sindical.

Contra a fuga de capitais, controle de capitais com a suspensão da remessa de lucros das multinacionais e o bloqueio da fuga de capitais.

Contra a desvalorização do salário, aumento geral dos salários.

Altino, Ciro, Raimundo Cordeiro, Cátia, Adelson, Alexandre Leme, Celso Borba, José Carlos, Vânia Maria, Marisa, Neusa, Borguin, Narciso. Assinam pela Alternativa.

Emenda aditiva após o parágrafo 29

Oposição de esquerda ao Governo Lula

O governo de Lula foi eleito na esteira de um enorme descontentamento dos trabalhadores e do povo contra anos de ataques às suas conquistas e à soberania do país. Rechaçaram FHC e elegeram Lula esperando mudanças. Mas Lula manteve a política econômica de FHC e do imperialismo.

Favorecido por um ciclo de crescimento econômico mundial e pelas medidas sociais compensatórias que tem aplicado, Lula mantém uma popularidade razoável, que tem sido utilizada para atacar de forma ininterrupta os trabalhadores e seus direitos e também a soberania do país.

Essa certa popularidade apóia-se também na manutenção do nível de emprego, pelo crescimento econômico ainda vigente, ainda que o emprego seja cada vez mais precarizado. Lula governa para o imperialismo e a burguesia contra os trabalhadores. Mesmo no quesito corrupção, seu governo não ficou atrás das experiências burguesas.

É uma vergonha a presença de tropas brasileiras no Haiti; o papel da Petrobrás na Bolívia; e o papel de mediador de Bush que o governo Lula cumpre nos “conflitos” na América do Sul.

Coloca-se para os trabalhadores a necessidade de buscar novas ferramentas pela esquerda para enfrentar os patrões e o governo. As organizações construídas no momento anterior, como a CUT e a UNE, perderam sua independência, transformaram-se em instrumentos do governo, “chapa-branca”, e obstáculos para as lutas.

Altino, Ciro, Raimundo Cordeiro, Cátia, Adelson, Alexandre Leme, Celso Borba, José Carlos, Vânia Maria, Marisa, Neusa, Borguin, Narciso. Assinam pela Alternativa.

Emenda aditiva após o parágrafo 30

Pela suspensão do pagamento da dívida externa e interna

Considerando, que:

Que no mês de abril de 2008 o governo Lula anunciou com grande estardalhaço na imprensa que o Brasil tinha conseguido das agências internacionais de investimento o carimbo internacional de bom pagador, tentando demonstrar com isso uma “conquista do povo brasileiro”;

Que referido “conceito” representa de fato uma maior dependência do país ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial;

Que o título “grau de investimento” é na verdade a recomendação favorável aos investidores internacionais, para a aplicação em títulos da dívida pública brasileira, e dá o verdadeiro carimbo de que o Brasil honra seus compromissos com os banqueiros internacionais, paga religiosamente, a custo de juros altos e superávits primários exorbitantes, todos os seus compromissos, isso tudo em detrimento das demandas sociais do povo brasileiro;

Que hoje os títulos da dívida pública interna do país garantem aos banqueiros e investidores a maior remuneração do mundo, que é assegurada por uma das maiores taxas de juros praticadas no mercado internacional, sendo que esses lucros são ainda mais assegurados porque aos investidores é garantido uma vergonhosa isenção de pagamento de imposto de renda;

Que segundo dados do próprio governo, nos primeiros três meses de 2008, o superávit primário (incluindo União, Estados e Municípios) foi de R\$ 43 bilhões, enquanto o governo federal gastou apenas R\$ 7,3 bilhões em saúde, R\$ 3,1 bilhões em educação e somente R\$ 109 milhões em reforma agrária.

Que o “mágico momento” a que se referiu o governo Lula na ocasião, na verdade é mágico para banqueiros e fundos de pensão “que nunca antes nesse país” lucraram tanto;

Que na outra ponta da realidade brasileira aumenta o arrocho salarial, o desemprego, a violência, o caos na saúde, o preço dos alimentos e das tarifas públicas que serão agravadas com a crise mundial.

O congresso dos Metroviários exige do governo Lula a suspensão imediata do pagamento da dívida interna e externa e a aplicação dos

recursos no atendimento às necessidades da população. E a realização de auditoria sobre essas dívidas.

Altino, Ciro, Raimundo Cordeiro, Cátia, Adelson, Alexandre Leme, Celso Borba, José Carlos, Vânia Maria, Marisa, Neusa, Borguin, Narciso. Assinam pela Alternativa.

Emenda aditiva após o parágrafo 33

Trabalhadores e as eleições

A ação direta dos trabalhadores é prioritária em relação à ação institucional e às eleições burguesas. A ação institucional deve estar subordinada aos interesses da ação direta e ser auxiliar dela. E este é um princípio fundamental para aqueles que visam realmente uma transformação social do país e do mundo e não apenas reformas nos marcos desse sistema capitalista.

Sendo a ação institucional e a participação nas eleições uma ação que deve se subordinar à ação direta, à mobilização, não quer dizer que não seja importante. É importante e é dever das organizações dos trabalhadores responder também neste terreno. Enquanto os trabalhadores maciçamente participarem das eleições burguesas é dever das organizações dos trabalhadores se posicionarem perante as mesmas para fazer com que a classe trabalhadora e a maioria do povo pobre e oprimido avance em consciência de classe, luta e organização. Por isso, posturas de neutralidade ou de negação de tais processos, quando as massas ainda participam deles, longe de ajudarem na ruptura delas com a burguesia e o regime de dominação, o reforça, isolando, isso sim, as organizações classistas das massas.

A independência de classe é outro princípio e também outra lição que podemos tirar. Pois, não é possível defender os trabalhadores em aliança com a burguesia. As organizações e partidos que se aliam à burguesia, seus governos e Estado (inclusive recebendo financiamento de empresas e bancos) abandonam os trabalhadores, suas lutas e a estratégia socialista.

Altino, Ciro, Raimundo Cordeiro, Cátia, Adelson, Alexandre Leme, Celso Borba, José Carlos, Vânia Maria, Marisa, Neusa, Borguin, Narciso. Assinam pela Alternativa.

Emenda aditiva após o parágrafo 34

Contra as privatizações

Reestatização da Vale do Rio Doce e das demais empresas privatizadas! Pela anulação dos Leilões das reservas de petróleo realizadas pela ANP.

Não às privatizações!

Altino, Ciro, Raimundo Cordeiro, Cátia, Adelson, Alexandre Leme, Celso Borba, José Carlos, Vânia Maria, Marisa, Neusa, Borguin, Narciso. Assinam pela Alternativa.

TEMA 4

Movimento Sindical e Centrais Sindicais

Emenda substitutiva do item 58 ao 90

Os impactos dessas sucessivas crises do capital que ao longo dos

anos fizeram por reduzir a remuneração do trabalho em favor do capital, também sofreram conseqüências em sua forma de organização. Os novos arranjos econômicos em cenário de globalização com plantas de produção em países diferentes, em locais separados na mesma região e divisões organizacionais entre produção e serviços al-

teraram profundamente a organização sindical dos trabalhadores.

A mudança das políticas desenvolvidas na manutenção de uma política de Bem Estar Social, além de procurar desestruturar a organização dos trabalhadores, promoveu um enorme quadro de exclusão social. O reflexo nos países do Terceiro Mundo foram muito mais brutais, exigindo do movimento sindical uma ação mais voltada para acumulação de forças e manutenção de seus direitos do que investir em novas conquistas.

Num processo de organização internacional no cenário pós-segunda guerra passaram a existir três Centrais Sindicais Internacionais; Federação Sindical Mundial de ordem comunista, a Confederação Internacional de Sindicatos Livres, que depois juntou com a AFL-CIO – norte americana com os socialistas e Central Mundial do Trabalho ligada à igreja católica.

Na Ásia, América Latina e África, as críticas condições sociais não permitiam uma maior organização dos trabalhadores, ainda com muito mais trabalho na clandestinidade do que dentro da produção e nos sindicatos. O que não impediu grandes conquistas e uma maior acumulação na organização dos sindicatos.

Na América do Sul, principalmente no Brasil e na Argentina, o movimento sindical teve papel destacado na política nacional e sólidas relações com o Estado, seja pela disponibilidade de articulação política como também estabelecendo regras para sua organização e sustentação financeira.

No Brasil com uma legislação criada em 1943 e vigente ainda hoje disciplina a organização dos trabalhadores, suas relações com as bases e direitos trabalhistas, mas ao mesmo tempo impediam uma organização ao nível nacional mais ampliada e abrangente, criando fortes entraves para que o movimento sindical pudesse unificar forças para um combate mais efetivo. Até este ano de 2008 a criação de Centrais Sindicais era proibida por lei.

O processo se acelerou até chegarmos hoje com 18 Centrais cadastradas no Ministério do Trabalho sendo que destas, conforme recente regulamentação, 6 delas preenchem os critérios legais de representação para o recebimento do imposto sindical; CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST e CGTB. Cabe ressaltar que a única central a se posicionar insistentemente contra a cobrança desse imposto é a CUT.

Presente em todos os ramos de atividade econômica do país, a CUT se consolida como a maior central sindical do Brasil, da América Latina e a 5ª maior do mundo, com 3.299 entidades filiadas representando hoje 42,28% dos sindicatos cadastrados no país, 7.116.278 trabalhadoras e trabalhadores associados e 21.092.160 trabalhadoras e trabalhadores na base.

É filiada a CIS, que é a fusão entre a CIOLS e a CMT, ocupando uma vice-presidência.

O sindicato dos metroviários tem um papel importante nessa história, pois nasceu junto com a CUT e muitos quadros estiveram na direção da central e contribuíram de forma decisiva na construção e implementação de suas políticas; defendendo sempre a Liberdade e Autonomia Sindical.

Fortalecer a CUT

Diante da nova realidade em nossa categoria metroviária, surgimento da Conlutas, Intersindical e mais recente a CTB, precisamos refletir, estudar e compreender sua gênese. E assim, estarmos preparados para optar por uma ou outra central, essa tese visa contribuir para isso.

A legalização das centrais sindicais brasileiras tem colocado na ordem do dia a discussão sobre qual central sindical pode melhor representar os trabalhadores. Esse é um debate que diz respeito não apenas aos sindicalistas, mas principalmente aos maiores interessados, os trabalhadores, pois o resultado desta escolha pode proporcionar uma direção com maior ou menor envolvimento com as lutas do cotidiano. A filiação a uma central sindical, a ser definida pelos trabalhadores através de plebiscito segundo o estatuto, deve levar os dirigentes sindicais, ativistas e todos os trabalhadores a fazer uma reflexão sobre o tema.

História

O 1º Conclat (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora) foi realizado na Praia Grande em 1981 com o objetivo de construir

uma central única dos trabalhadores (as) brasileiros (as). No entanto, parcela dos sindicalistas presentes não tinha clareza sobre a necessidade de fundar a CUT naquele momento e foi constituída uma Comissão Pró-CUT, para fundar a central no congresso seguinte. Nosso sindicato já nasce filiado a Central Única dos Trabalhadores (as). A história da CUT começa nas lutas pela anistia e greves do ABC passando pela campanha das Diretas, impedimento de Collor, por aumento de salários, contra o desemprego e a eleição do presidente Lula.

Relação com o governo Lula

No aspecto de relação com o governo Lula, os críticos da CUT - à direita ou à esquerda - costumam argumentar que antigos dirigentes da central, hoje se encontram em cargos importantes no governo federal, o que faria com que a CUT perdesse sua independência frente ao governo. É inegável o fato de que parcela dos dirigentes da CUT é filiada ao PT, assim como grande parte dos dirigentes da CTB é filiada ao PCdoB, da FS são filiados ao PDT, e assim por diante. A CUT apoiou Lula para presidente da República, entendendo ser o melhor candidato para fazer um governo voltado para os trabalhadores e setores mais explorados da população. A FS apoiou Geraldo Alckmin, o Conlutas e o PSOL apoiaram Heloisa Helena.

Consideramos que é inegável que o governo Lula foi, e continua sendo, melhor para os trabalhadores do que seria um governo neoliberal, pois abriu e mantém diálogo com as centrais e movimentos sociais. São inegáveis os avanços obtidos como a redução da pobreza, a diminuição do desemprego, a participação das centrais em diversos conselhos, a legalização das centrais sindicais, os aumentos do salário-mínimo, discutidos com os atores envolvidos, os acordos salariais com ganhos acima da inflação, o acesso de populações pobres, negras e indígenas às universidades, a desoneração de impostos para produtos essenciais à população de baixa renda, como produtos da cesta básica e material de construção. Enfim, são conquistas importantes para os trabalhadores, onde a CUT se sente elemento importante e ativo no processo.

O fato de apoiar não significa apoio incondicional. Não foram poucas as vezes que a CUT se manifestou contra a taxa de juros determinada pelo Copom, contra a terceirização no serviço público e realização de concursos, pela recuperação dos salários dos servidores federais que foram praticamente congelados durante o governo FHC, pela ratificação da convenção 158 da OIT, aprovada, mas denunciada ao STF pelo governo FHC, na coleta de assinaturas, em conjunto com outras centrais, para a aprovação da redução da jornada de trabalho sem redução salarial e na realização de quatro marchas à Brasília.

Conclusão

É estratégico para o movimento social no país, para que possamos garantir e ampliar os avanços conquistados evitar a pulverização do movimento sindical. Precisamos buscar cada vez mais uma ampla organização de base, nesse momento o espaço privilegiado ainda são as CIPAS, as comissões sindicais de base, e nós precisamos estar unidos neles. A decisão sobre em qual Central devemos nos filiar, ou não, deve ser tomada através de PLEBISCITO para que a categoria decida e não um grupo reduzido de pessoas. A diretoria do sindicato deve ser composta proporcionalmente por todas as opiniões de pensamento como é na Fenametro.

Proposta de resolução

Amplo debate na base para definir filiação do sindicato

Com o surgimento de novas Centrais Sindicais no País nosso sindicato provavelmente terá que optar pela permanência na Central Única dos Trabalhadores, filiação a uma nova central sindical criada ou que não tenha filiação a nenhuma central. Que esse debate seja amplo na base da categoria e que a definição se der através de um plebiscito.

Antonio Adagoberto R. Pinto; Antonio Carlos Camargo; Antonio Marcos Dascânio; Antonio Marcos de Souza - Marquinhos; Amaro Vieira da Silva; Aparecida Zeferina Pereira Alves; Davilson Donizete Policarpo; Eduardo Alves Pacheco; Eduardo dos Santos; Eduardo Simão Dias; Elbo Benazzi; Eraide Queiroz Monteiro; Ivânia Alves Moura; José Maria das Dores - Zé das Oito; José Soares da Silva; José Vanderlei da Silva - Amaral; Luiz Carlos de Farias Traves; Luiz Carlos Mena Herrera; Manuel Vitorino Paulino; Marcos de Abreu Freire - Marcão; Marlene Furino; Nailton Alves dos Santos - Buchecha; Pedro

•••••
*Ricardo Alves; Raymundo Antonio Pereira; Rubens Rodrigues Leite
- Rubão; Tânia Machado Cândia; Teresa Oliveira - Terezinha; Thiago
Porfírio Nogueira Zilneide Alves de Santana*

Emenda aditiva 1

Manter a filiação ou desfilarmos da CUT. A categoria é quem deve decidir em plebiscito

Histórico

CUT – Central Única dos Trabalhadores – A Central Única dos Trabalhadores (CUT) é uma organização sindical brasileira de massas, em nível máximo, de caráter classista, autônomo e democrático, cujo compromisso é a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. Baseada em princípios de igualdade e solidariedade, seus objetivos são organizar, representar sindicalmente e dirigir a luta dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, do setor público e privado, ativos e inativos, por melhores condições de vida e de trabalho e por uma sociedade justa e democrática.

Presente em todos os ramos de atividade econômica do país, a CUT se consolida como a maior central sindical do Brasil, da América Latina e a 5ª maior do mundo, com 3.299 entidades filiadas, 7.116.278 trabalhadoras e trabalhadores associados e 21.092.160 trabalhadoras e trabalhadores na base.

Desde sua fundação há 25 anos, a CUT tem atuação fundamental na disputa da hegemonia e nas transformações ocorridas no cenário político, econômico e social ao longo da história brasileira, latino-americana e mundial. Os avanços obtidos na proposta de um Sistema Democrático de Relações de Trabalho e a eleição de um operário à presidência da República em 2002, são fortes exemplos dessas mudanças e resultados diretos das ações da CUT em sua luta incansável pela garantia e ampliação de direitos da classe trabalhadora.

Histórico

A CUT – Central Única dos Trabalhadores – foi fundada em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo, durante o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). Naquele momento, mais de cinco mil homens e mulheres, vindos todas as regiões do país, lotavam o galpão da extinta companhia cinematográfica Vera Cruz e imprimiam um capítulo importante da história.

Tempos Difíceis – De 1964 a 1985 perdurava no Brasil o regime militar, caracterizado pela falta de democracia, supressão dos direitos constitucionais, perseguição política, repressão, censura e tortura. Porém, no final da década de 1970 e meados dos anos 1980 inicia-se no país um amplo processo de reestruturação da sociedade. Este período registra, ao mesmo tempo, o enfraquecimento da ditadura e a reorganização de inúmeros setores da sociedade civil, que voltam aos poucos a se expressar e a se manifestar publicamente, dando início ao processo de redemocratização.

Surge a CUT

Neste cenário de profundas transformações políticas, econômicas e culturais, protagonizadas essencialmente pelos movimentos sociais, surge o chamado “novo sindicalismo”, a partir da retomada do processo de mobilização da classe trabalhadora. Estas lutas, lideradas pelas direções sindicais contrárias ao sindicalismo oficial corporativo, há muito estagnado, deram origem à Central Única dos Trabalhadores, resultado da luta de décadas de trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade pela criação de uma entidade única que os representasse.

O nascimento da CUT como organização sindical brasileira representa mais do que um instrumento de luta e de representação real da classe trabalhadora, um desafio de dar um caráter permanente à presença organizada de trabalhadores e trabalhadoras na política nacional.

Princípios

A CUT defende a liberdade e autonomia sindical com o

compromisso e o entendimento de que os trabalhadores têm o direito de decidir livremente sobre suas formas de organização, filiação e sustentação financeira, com total independência frente ao Estado, governos, patronato, partidos e agrupamentos políticos, credos e instituições religiosas e a quaisquer organismos de caráter programático ou institucional.

Para a Central, as lutas da classe trabalhadora são sustentadas pela unidade a partir da vontade e da consciência política dos trabalhadores.

Compromissos

O fortalecimento da democracia, o desenvolvimento com distribuição de renda e valorização do trabalho são marcos estratégicos da CUT. A luta pela universalização dos direitos, bandeira histórica, é cotidianamente reafirmada com a participação ativa da Central na construção de políticas públicas e afirmativas de vários setores e segmentos da sociedade, realizada em conjunto com governo e movimentos sociais, com destaque para mulheres, juventude, pessoas com deficiência física, saúde, combate à discriminação racial, idosos, entre outras. Estas ações têm garantido e ampliado a participação da CUT em conselhos, mesas de negociação e fóruns públicos, espaços que tem ocupado com contribuições decisivas.

No campo da solidariedade internacional, a CUT tem trabalhado no desenvolvimento de estratégias conjuntas para o enfrentamento de políticas neoliberais - de privatização, de concentração de capital e altos lucros, que ferem a soberania nacional e proliferam práticas especulativas, resultando na precarização das condições e relações de trabalho.

Na área do desenvolvimento solidário, as ações da CUT visam promover a inclusão social, por meio de novos referenciais de geração de trabalho e renda, e de alternativas de desenvolvimento. Esses processos são articulados à formação e capacitação a partir da concepção de Educação Integral e seu papel emancipador, conceito defendido pela Central.

Estrutura:

A CUT se organiza em dois níveis:

1 - Organização Horizontal

Além da estrutura nacional, a CUT está organizada em todos os 26 estados e no Distrito Federal: CUTs estaduais.

2 - Organização Vertical

Organizações sindicais de base e entidades sindicais por ramo de atividade econômica: sindicatos, federações e confederações.

Também integram a estrutura da Central as Comissões sobre a Amazônia, Meio Ambiente e Combate à Discriminação Racial, além dos Coletivos de Saúde, Pessoa com Deficiência Física e Juventude. A Central também conta com organismos para o desenvolvimento de políticas específicas e assessoria: Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), Instituto Observatório Social (IOS), Instituto Nacional de Saúde no Trabalho (INST), além de sete Escolas Sindicais e uma Escola de Turismo e Hotelaria.

É por estas e tantas outras razões que defendemos que a categoria defina se mantém a filiação, desfilarmos ou nos filiamos a outra central. Pela importância da decisão, defendemos que tem que ser decidida em plebiscito na categoria e não neste congresso onde temos um nº diminuto de delegados, que para um tema tão importante, não necessariamente vá refletir a posição da maioria da categoria.

Antonio Adagoberto R. Pinto; Antonio Carlos Camargo; Antonio Marcos Dascânio; Antonio Marcos de Souza - Marquinhos; Amaro Vieira da Silva; Aparecida Zeferina Pereira Alves; Davilson Donizete Policarpo; Eduardo Alves Pacheco; Eduardo dos Santos; Eduardo Simão Dias; Elbo Benazzi; Eraide Queiroz Monteiro; Ivânia Alves Moura; José Maria das Dores - Zé das Oito; José Soares da Silva; José Vanderlei da Silva - Amaral; Luiz Carlos de Farias Traves; Luiz Carlos Mena Herrera; Manuel Vitorino Paulino; Marcos de Abreu Freire - Marcão; Marlene Furino; Nailton Alves dos Santos - Buchecha; Pedro Ricardo Alves; Raymundo Antonio Pereira; Rubens Rodrigues Leite - Rubão; Tânia Machado Cândia; Teresa Oliveira - Terezinha; Thiago Porfírio Nogueira Zilneide Alves de Santana

Emenda aditiva ao estatuto

Das inscrições nas instâncias do sindicato

Fica estabelecido que a partir da aprovação deste congresso todas as instâncias de representação da categoria, sejam congressos, seminários, palestras ou debates, as inscrições poderão ser feitas das seguintes formas: através de e-mail do sindicato, ficha entregue pelo representante legal (Diretor da executiva, Diretor de base, Delegado Sindical) e com o devido timbre da entidade sindical, ou pessoalmente no sindicato. O objetivo é facilitar a inscrição e contribuir com a transparência nas atividades de nosso sindicato.

Antonio Adagoberto R. Pinto; Antonio Carlos Camargo; Antonio Marcos Dascânio; Antonio Marcos de Souza - Marquinhos; Amaro Vieira da Silva; Aparecida Zeferina Pereira Alves; Davilson Donizete Policarpo; Eduardo Alves Pacheco; Eduardo dos Santos; Eduardo Simão Dias; Elbo Benazzi; Eraide Queiroz Monteiro; Ivânia Alves Moura; José Maria das Dores - Zé das Oito; José Soares da Silva; José Vanderlei da Silva - Amaral; Luiz Carlos de Farias Traves; Luiz Carlos Mena Herrera; Manuel Vitorino Paulino; Marcos de Abreu Freire - Marcão; Marlene Furino; Nailton Alves dos Santos - Buchecha; Pedro Ricardo Alves; Raymundo Antonio Pereira; Rubens Rodrigues Leite - Rubão; Tânia Machado Cândia; Teresa Oliveira - Terezinha; Thiago Porfírio Nogueira; Zilneide Alves de Santana.

Emenda aditiva 1 após o parágrafo 57

Plebiscito sobre as centrais sindicais

O nosso estatuto em seu parágrafo 142 diz: “*compete à categoria decidir sobre a filiação do sindicato a Entidade de grau superior através de discussão em Congresso, homologada por plebiscito entre o conjunto dos associados no gozo de seus direitos*”.

Portanto, propomos que se cumpra o estatuto da categoria e que os cerca de 6500 associados decidam através de plebiscito a relação de nosso sindicato com as Centrais Sindicais. Esse plebiscito deve decidir pela desfiliação ou não à CUT e também pela filiação a uma nova central reivindicada por algum associado com a opção também de não se filiar a nenhuma central. O Congresso deve indicar a data do plebiscito num período com mais de um mês para debate entre as diversas forças de forma igualitária nos boletins do sindicato e com uma comissão eleitoral paritária entre os setores que defendam as diversas opções.

Nosso estatuto diz que o congresso discute, não diz que ele vota. Ele diz que quem vota é a categoria através do plebiscito. Um tema tão importante e polêmico na categoria, como a sua relação com as Centrais, deve ser decidido com a participação de todos os associados que são os verdadeiros donos da entidade. Que os cerca de 6500 associados decidam sobre as centrais, não somente um grupo de 130 companheiros (os que estarão presentes no congresso).

Altino, Ciro, Raimundo Cordeiro, Cátia, Adelson, Alexandre Leme, Celso Borba, José Carlos, Vânia Maria, Marisa, Neusa, Borguin, Narciso. Assinam pela Alternativa.

Emenda aditiva 2 após o parágrafo 57

A Conluzma central democrática, de luta e independente dos patrões e do governo

Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS) é uma nova central, fundada no Conat (Congresso Nacional dos Trabalhadores) – que aconteceu de 5 a 7 de maio na cidade de Sumaré/SP. O Conat teve participação de mais de 3.500 pessoas, entre representantes de entidades sindicais, estudantis, camponesas e de juventude,

além de oposições. Mais de 20 anos depois da fundação da CUT, as entidades que se organizam na CONLUTAS resgatam a luta pela organização da classe trabalhadora.

Assim, a CONLUTAS nasceu como uma entidade alternativa à capitulação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) ao governo Lula e sua parceria com os empresários, se propondo a atuar de maneira intransigente na defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores da cidade e do campo e da juventude. Nesse momento em que passamos por uma reorganização importante da classe trabalhadora, surgem inclusive outros setores que rompem com a CUT, como a CTB, por exemplo, e fundam uma nova central, mas ao mesmo tempo não rompem com o governo Lula e sua política de favorecimento dos empresários e nem se propõem a fazer o enfrentamento necessário para defender os trabalhadores.

Nossa ruptura com a CUT se deu em função do alinhamento de seus dirigentes com o governo Lula. Já em 2004, após a CUT ter defendido a ‘reforma’ da Previdência do Planalto e a Reforma Sindical e Trabalhista, um encontro sindical em Luziânia (GO) começou a organizar as entidades que hoje compõem a central.

A CONLUTAS é uma central autônoma e independente com relação a governos, empresários e partidos. Reúne trabalhadores formais e informais, movimentos sociais e de juventude. Na direção da central não tem dirigente com cargos fixos, é composta por uma coordenação de entidades, de maneira que qualquer entidade que adere participa da direção.

Altino, Ciro, Raimundo Cordeiro, Cátia, Adelson, Alexandre Leme, Celso Borba, José Carlos, Vânia Maria, Marisa, Neusa, Borguin, Narciso. Assinam pela Alternativa.

Emenda aditiva 3 após o parágrafo 57

Conlutas é contra o imposto sindical

A CONLUTAS é uma Central legalizada, mas não se cadastrou para receber os milhões que as outras centrais reivindicam nem aceitaremos o dinheiro do Estado através do imposto sindical, além de sermos contra a taxa negocial que pretende substituir o imposto sindical.

Altino, Ciro, Raimundo Cordeiro, Cátia, Adelson, Alexandre Leme, Celso Borba, José Carlos, Vânia Maria, Marisa, Neusa, Borguin, Narciso. Assinam pela Alternativa.

Emenda aditiva 4 após o parágrafo 57

A CTB é fundada “de olho” no imposto sindical

A CTB é uma iniciativa da CSC, ligada ao PCdoB, que é expressão de outro processo. É uma central construída junto com setores da burocracia com uma preocupação central: cargos, verbas do estado e imposto sindical. A CTB desde a sua fundação afirmou que trabalharia em parceria com a CUT, logo se a CUT é a sua parceira preferencial, por que rompeu com ela? Quando o governo Lula anunciou a legalização das centrais e o acesso a 10% da contribuição sindical destinada aos sindicatos filiados, um montante de cerca de R\$ 55,5 milhões, que serão divididos, proporcionalmente, entre as centrais, a CTB foi gestada. Desse modo, a CUT ficaria com R\$ 19,8 mi; a Força Sindical com R\$ 15,1 mi; seguidas pela UGT, R\$ 8,8 mi; NCST 6,6 mi; CTB R\$ 2,9 mi; e CGTB R\$ 2,4 mi.

Altino, Ciro, Raimundo Cordeiro, Cátia, Adelson, Alexandre Leme, Celso Borba, José Carlos, Vânia Maria, Marisa, Neusa, Borguin, Narciso. Assinam pela Alternativa.

Emenda aditiva

É preciso respeitar o estatuto do Sindicato

O Estatuto do Sindicato no artigo 142 diz: “Compete à categoria decidir sobre a filiação do Sindicato a entidade de grau superior através de discussão em Congresso, homologada por plebiscito entre o conjunto dos associados no gozo de seus direitos.”

Não podemos interpretar os estatutos do Sindicato de acordo com os interesses momentâneos desta ou daquela corrente de pensamento. O artigo acima descrito não dá margem à interpretações e deixa muito claro que a categoria decide sobre a filiação a entidade de grau superior através de discussão em Congresso. Quando foi feito o estatuto, atribuiu-se esta responsabilidade ao Congresso, pois o próprio estatuto determina que esta é a instância máxima de decisão da categoria, pois seus delegados são eleitos nas áreas e tudo o que é decidido, passa pelas propostas que são publicadas e debatidas pelos metroviários no período que antecede sua realização.

No entanto, o 3º Congresso considerou que esta decisão era muito importante e precisava que fosse referendada ou homologa-

da pela categoria. Por isso, complementou o artigo com a seguinte condicionante. “homologada por plebiscito entre o conjunto dos associados no gozo de seus direitos.” Este artigo vigorou em nosso estatuto desde 1991 e nunca ninguém o questionou. Agora que estamos discutindo a desfiliação da CUT e a filiação em outra central, alguns “espertinhos”, sem coragem de propor mudança estatutária, tentam dar a sua interpretação com objetivos inconfessáveis. Sabem que propor uma mudança estatutária agora seria “puro oportunismo”, pois tiveram 5 congressos para propor mudanças e não o fizeram devido a não ter claro seus interesses. No último congresso inclusive, onde o estatuto foi debatido exaustivamente, não foi apresentada nenhuma emenda que alterasse este artigo.

Por isso, defendo que seja respeitado o estatuto e se garanta aos delegados eleitos pela categoria a prerrogativa de decidir sobre o que lhe é garantido estatutariamente, e garantindo o cumprimento pleno do estatuto com a realização do plebiscito que homologará a decisão do Congresso. Qualquer coisa que contrarie este encaminhamento vai carecer de uma mudança estatutária que até agora ninguém propôs.

Salaciel Fabricio Vilela

TEMA 5

Organização da Categoria

Emenda aditiva nº 121

Plano de lutas – Plano de Saúde para os aposentados

Estamos participando de uma nova era, em que o homem vale pela sua produtividade para as empresas, onde os aspectos do que foi realizado no passado não tem valor algum, vivemos sobre o signo do desempenho e alta lucratividade em detrimento do homem como indivíduo, sendo que as empresas têm suas metas e não é de sua natureza zelar pelo futuro dos trabalhadores.

Sendo este papel preponderante dos sindicatos e, nesse momento em que a frieza do desempenho e do lucro é marca dos tempos atuais, o nosso Sindicato deve ser o portador das demandas sociais de cada trabalhador, sendo imperioso sim, intensificar políticas junto ao Metrô e ao Metrus, para desenvolvermos ações que proporcionem dignidade no presente e no futuro dos nossos representados, e olhando para o passado para nos estimularmos com a obra realizada, e nos empenharmos em favor daqueles que levaram o Metrô a ser a grande empresa que é hoje.

Hoje as pessoas estão vivendo mais, os planos de saúde de origem privada fazem parte da realidade das pessoas, isto é, quem tem dinheiro paga e garante o atendimento médico, proporcionando uma melhor qualidade de vida. O Fato é, que as pessoas em vista da aposentaria, sempre vêm com temor a falta de um plano de saúde, criando assim uma expectativa negativa para o futuro.

Nos próximos cinco anos haverá no Metrô muitos funcionários no limiar da aposentaria, e no momento em que mais precisa do serviço, o aposentado encontrará muitas dificuldades em arcar com os elevados custos médicos, fato que nos leva a projetar ações que beneficiem no futuro os nossos aposentados.

O plano de saúde (MSE e MSB) ofertado aos aposentados é de custo caro, tornando inacessível para maioria dos aposentados. Sendo o Sindicato o representante de direito de cada funcionário junto à empresa e ao Metrus, é de fundamental importância que tenhamos como meta tornar os planos acessíveis aos aposentados, sendo que todos ao longo da existência do Metrô, contribuíram para o seu crescimento. Muitos funcionários estarão levando com a aposentadoria um sentimento de participação no crescimento do Metrô. Por outro lado também levarão seqüelas de sua atividade laboral em prol da empresa, sejam físicas ou psicológicas e nisso cabe ao Sindicato sensibilizar a empresa a uma maior participação

nos planos de saúde dos aposentados.

Dois empenhos são necessários ser colocados em prática pelo Sindicato;

Realizar políticas junto ao Metrô para subsidiar o MSE e MSB para o aposentado Metroviário.

Abrir debate na categoria sobre a participação de todos os funcionários ativos nos planos de saúde MSE e MSB para os aposentados

Eduardo dos Santos - Diretor de Base - Tráfego LLO

Emenda aditiva ao parágrafo 115

Formação de um comitê permanente em defesa dos metroviários demitidos, afastados e perseguidos.

Metroviários são afastados, demitidos, punidos, trabalhadores e até mesmo o sindicato, respondem processos por está à frente de decisões que são tomadas em assembleias e outras instâncias da categoria: cinco diretores do sindicato foram afastados após a paralisação contra a emenda três, logo depois, em Agosto, 61 trabalhadores foram demitidos, depois de uma greve de dois dias pelo pagamento da Participação nos Resultados (PR). Muitas coisas foram feitas em defesa desses companheiros: eles estão sobrevivendo graças à ajuda da categoria que está contribuindo com um valor mensal. Precisamos retomar com força uma campanha permanente em defesa dos metroviários e seu sindicato e pela volta dos demitidos. Vários julgamentos nos tribunais estão marcados para este e o próximo semestre.

Resoluções:

Solicitar de cada sindicato, central sindical, entidades estudantis e do movimento social que se manifestem enviando telegramas, moções, para juízes, governo estadual e empresa.

Definir o dia 6 de agosto (aniversário da maior demissão) que seja um Dia de Luta contra as Demissões e Perseguições aos ativistas e dirigentes sindicais metroviários.

Enviar documentação aos comitês de anistia da câmara, senado, comitês internacional e outros denunciando as demissões e solici-

tando apoio pela anistia dessas demissões políticas.

Formar um comitê permanente, eleito no congresso, para junto com o sindicato organizar e encaminhar a luta pela volta dos demitidos e contra as perseguições.

José Soares da Silva e Paulo Pasin.

Emenda aditiva

A secretaria da saúde é, sem dúvida, uma das mais importantes da gestão sindical de qualquer sindicato, haja vista que no Brasil, apesar dos avanços e esforços de entidades, como a CIPA, sindicatos atuantes, o número de acidentes e de doenças surgidas nos locais de trabalho ainda é muito grande, isto muitas vezes motivadas pelas dificuldades dos órgãos de fiscalização, pela falta de autonomias das entidades citadas e até por uma legislação mais severa contra as empresas, que pouco investem na prevenção da saúde do trabalhador.

No Metrô de São Paulo não é diferente. Apesar da legislação brasileira definir através do decreto 2.172 de março de 97, artigo 132, incisos I e II e do anexo II, equiparando para todos os efeitos legais como acidente de trabalho, com a constatação de que a doença esteja incluída na relação do anexo II e seja informado diretamente à previdência social. Observação: devemos lembrar que muitas doenças ocupacionais não fazem parte desta relação.

Por tudo isto, o secretário de saúde deve ter total disponibilidade de suas funções profissionais na empresa para se dedicar plenamente a atividade sindical, participando de palestras, cursos, seminários, etc. que possam contribuir na formação e na aprimoração de seus conhecimentos para que este desenvolva um trabalho, apontando as necessidades de sua pasta e subsidie o sindicato na luta pelo reconhecimento da relação de muitas doenças como sendo relacionadas ao trabalho, (discutindo nexos epidemiológicos, causalidades, etc.). Conclusão: que este congresso aprove a liberação do detentor desta secretaria como prioridade absoluta, pois, hoje, como é de conhecimento da categoria, a demanda é muito grande, e cada vez temos mais pessoas doentes por situações diversas agravadas pelas condições de trabalhos existentes.

Jose Dores (Zé das oito) Diretor de base e agente de segurança

Emenda aditiva

Não há como discutir a importância de um congresso, seja para qualquer categoria, pois é no congresso que será definido o rumo que a categoria vai tomar, como posicionamento político, estratégias de lutas e etc. Daí a importância de se respeitar o estatuto e pôr em prática tudo aquilo que for aprovado e divulgar amplamente à categoria, para que ela também seja fiscalizadora das decisões tomadas, assim como o cumprimento delas.

Após participar de vários congressos, regional e nacional, da categoria metroviária, tenho analisado que as discussões que considero mais importantes, que tratam diretamente da vida dos metroviários, têm sido feitas por último e assim acaba sobrando pouco tempo para discuti-las e debatê-las dentro da grandiosidade que elas merecem. Dentre os assuntos que trato como prioritários estão a conjuntura nacional, o setor de transporte, a organização da categoria e o plano de lutas.

As mesas e os debates devem começar prioritariamente por eles e com tempo suficiente para um debate de qualidade. Os demais temas, e principalmente a conjuntura internacional, devem ser os últimos temas a ser debatidos. Não é que considero que não sejam importantes outros temas e o posicionamento político da conjuntura internacional, porém os assuntos que afetam diretamente a nossa vida cotidiana têm que ter um tratamento preferencial. Que esta nova dinâmica seja aplicada nos próximos congressos.

Jose Dores (Zé das oito) Diretor de base e agente de segurança

Emenda aditiva

Um Metrus para os metroviários

O Sindicato dos Metroviários deverá, a partir desta gestão, ter uma ação mais atuante no que diz respeito às questões do Metrus.

Através das secretarias de “Saúde” e “Previdência”, em sintonia com os representantes no Comitê de Gestão dos Planos de Saúde, fazer um acompanhamento dos problemas relacionados com os planos MSI, MSB, MSE, MSO e o convênio com a UNIMED, que são alvos constantes de reclamações por parte dos metroviários.

Outra tarefa importante é uma permanente relação com os conselheiros deliberativos e fiscais representantes dos metroviários, para uma melhor atuação dos mesmos na defesa dos interesses dos metroviários, que têm tido surpresas indesejáveis no momento da obtenção de suas complementações.

O diretor do Sindicato, membro do Comitê de Gestão dos Planos de Saúde, tem que sofrer uma cobrança maior por parte da executiva, no sentido de organizar uma intervenção mais eficiente por parte da entidade na defesa dos metroviários.

Para que isto ocorra é imperativo que a partir deste momento a participação do Sindicato nas atividades do Metrus sejam mais efetivas e de conhecimento de toda a categoria.

Esta atuação deverá ser, inclusive, com indicação por parte da entidade, dos melhores candidatos a representantes nos cargos eletivos do Instituto, desde que o candidato esteja comprovadamente comprometido com os interesses da categoria, manifeste publicamente que se submeterá ao acompanhamento do Sindicato e que discutirá as decisões que melhor atendam a categoria.

Outro compromisso que deverá ser assumido pelo futuro representante da categoria no Instituto diz respeito à defesa incondicional e permanente da vaga de diretor representante dos metroviários no corpo diretivo do Instituto.

Com estas resoluções aprovadas, o Sindicato dos Metroviários passa a atuar em uma melhor condição de manter viva a defesa do Metrus, que surgiu como uma esperança de uma aposentadoria mais digna e uma saúde melhor cuidada.

Cidão/Rosa/Xavier

Emenda aditiva antes do parágrafo 96

Os metroviários da linha 5 do Metrô, desde a preparação para o início da operação comercial da linha, sofrem ataques a direitos conquistados pelos metroviários durante vários anos de luta.

Muitos dos funcionários dessa linha tiveram pouco contato com os metroviários das linhas mais antigas, devido a não integração do sistema metroviário, dificultando bastante a organização dos funcionários e facilitando que a companhia pudesse atacar sem muita resistência.

Hoje na Linha 5 se encontram muitos problemas relacionados a condições e jornada de trabalho. O sindicato, devido ao distanciamento geográfico e a falta de uma Comissão Sindical de Base da linha 5, a qual até hoje não existe apesar dos apelos dos metroviários da linha, não tem conseguido organizar uma resistência local e nem integrada com as outras linhas.

Para conseguirmos a união dos empregados entorno do sindicato precisamos de um sindicato mais próximo de nós, para tal, de acordo com o artigo 3 alínea f do nosso estatuto são prerrogativas do sindicato a instalação de subseções de acordo com suas necessidades, e para que o sindicato consiga atender a demanda dos seus representados da linha 5 é de extrema importância uma subseção próxima para uma melhor integração e união da categoria.

Fernanda Barbosa, Narciso, Borguin

Emenda aditiva após o parágrafo 96

A Comissão Sindical de Base (CSB), segundo o nosso estatuto, constitui uma estrutura orgânica e representativa do sindicato. A CSB tem um papel fundamental na organização, mobilização e união da categoria. Sendo assim não pode deixar de funcionar em hipótese nenhuma.

Hoje no estatuto temos que o responsável por organizar a CSB é o diretor de base e caso não exista um o responsável será um diretor da executiva. Também consta no estatuto que o sindicato é responsável por eleições de delegados sindicais.

Temos aí uma lacuna problemática: caso o diretor de base, por qualquer razão, não organize a CSB, ela simplesmente não existirá. Isso também acontece se o sindicato não cumprir seu papel de realizar as eleições para delegados sindicais.

Precisamos garantir que as CSBs sejam organizadas no caso do não cumprimento das obrigações a quem lhes cabe organizar. Uma maneira de fazer isso é caso não seja organizada e funcione como determina o nosso estatuto o sindicato através de pedido da base por escrito (abaixo assinado) por pelo menos 20% da base esteja obrigado a realizar uma reunião de formação no prazo máximo de 30 dias.

Fernanda Barbosa, Narciso, Borquin

Emenda aditiva

Sobre a questão de gênero

Não podemos realizar o 9º Congresso dos Metroviários sem deixar de debater gênero, pois o nosso Sindicato foi um dos primeiros a implantar a Secretaria de Mulheres e aprovar a cota de 20% nas três instâncias de direção da entidade (executiva, conselho fiscal e diretoria de base).

Discutir a opressão contra a mulher na categoria e fora dela é obrigação de todo dirigente político. Hoje no país temos mudanças expressivas sobre a desigualdade entre homens e mulheres, depois que o governo Lula criou a Secretaria Especial de Políticas Públicas Para as Mulheres (SEPM) conseguimos acompanhar o avanço significativo de políticas voltadas para as mulheres.

Na nossa categoria temos pautado esse tema e avaliamos que foi positiva a implantação das cotas. É consenso que precisamos avançar nesse debate de como consolidar a organização das mulheres no conjunto do sindicalismo, desde o local de trabalho até as instâncias de poder.

O nosso Sindicato tem história, mas, um motivo para representarmos com qualidade avanços que conseguimos como a discussão de combate à violência que é um assunto da ordem do dia, muitas vezes com danos morais, sofrimento físico e até morte. Essa violência é gerada pelo fato cultural do homem se achar detentor da liberdade da mulher e dono do seu corpo, refletindo assim em poder hierárquico de um sobre o outro, violando inclusive os direitos humanos, essa desigualdade serve para oprimir, diminuir e desvalorizar as mulheres independentes de raça, etnia e religião, orientação sexual etc. Nessa desigualdade entram também as diferenças salariais e o assédio moral e sexual que muitas vezes é vedado e fica difícil de ser denunciado.

Precisamos avançar incluindo nas pautas reivindicações específicas sobre as mulheres, para que façam parte dos nossos acordos coletivos.

O Sindicato dos Metroviários está sintonizado com o debate e a qualquer outra forma de discriminação ou racismo, que também temos um trabalho e uma Secretaria que dá conta do debate anti-racista.

Outra forma de preconceito, a discriminação de orientação sexual, temos também uma boa discussão sobre o tema e temos acúmulo para debater com a categoria metroviária e o Metrô. Outro assunto que está na ordem do dia é a redução da jornada de trabalho que vai beneficiar principalmente as mulheres, que

vão ter um tempo maior para investir em sua própria vida, pois devido às várias jornadas são as mais penalizadas. A redução da jornada de trabalho vai propiciar as mulheres, independentemente da sua classe social, um tempo maior para lazer e melhoria na qualidade de vida.

Ivânia Alves Moura

Emenda aditiva – Plano de lutas

Manutenção das 36h para o quadro operativo

Recentemente a GOP lançou documento afirmando que temos mais de dez escalas implantadas, hoje, nas muitas estações. Isto vem gerando um grande descontrole nas jornadas de trabalho por estes trabalhadores(as). É premente que tenhamos a luta das 36h como a única jornada de trabalho mais condizente para uma qualidade de vida melhor e reduzido dano a saúde do trabalhador e da trabalhadora.

Temos diversos casos de doenças ocupacionais por conta do excesso de jornada de trabalho, inclusive com o aumento das horas extras. Uma jornada de trabalho adequada deve, necessariamente, levar em conta os fatores diretos e indiretos que afetam o ambiente de trabalho. Não necessariamente uma jornada de 40 h é a mais adequada a um determinado grupo de trabalhadores. E neste caso, a jornada de trabalho para o quadro operativo, deve necessariamente ser de 36h ou menos.

Antonio Adagoberto R. Pinto; Antonio Carlos Camargo; Antonio Marcos Dascânio; Antonio Marcos de Souza - Marquinhos; Amaro Vieira da Silva; Aparecida Zeferina Pereira Alves; Davilson Donizete Policarpo; Eduardo Alves Pacheco; Eduardo dos Santos; Eduardo Simão Dias; Elbo Benazzi; Eraide Queiroz Monteiro; Ivânia Alves Moura; José Maria das Dores - Zé das Oito; José Soares da Silva; José Vanderlei da Silva - Amaral; Luiz Carlos de Farias Traves; Luiz Carlos Mena Herrera; Manuel Vitorino Paulino; Marcos de Abreu Freire - Marcão; Marlene Furino; Nailton Alves dos Santos - Buchecha; Pedro Ricardo Alves; Raimundo Antonio Pereira; Rubens Rodrigues Leite - Rubão; Tânia Machado Cândia; Teresa Oliveira - Terezinha; Thiago Porfírio Nogueira; Zilneide Alves de Santana.

Emenda aditiva 1 após o parágrafo 99

Comissão de Saúde

A diretoria de Saúde do sindicato deverá formar uma comissão com os vice-presidentes e os cipistas para encaminhar as demandas da categoria, diante dos descumprimentos por parte da empresa da legislação que trata de saúde, segurança e higiene no trabalho e para dar suporte a atuação dos cipistas nas CIPAs.

Altino, Ciro, Raimundo Cordeiro, Cátia, Adelson, Alexandre Leme, Celso Borba, José Carlos, Vânia Maria, Marisa, Neusa, Borquin, Narciso. Assinam pela Alternativa.

Emenda aditiva 2 após o parágrafo 99

Assédio Moral

Intensificar o combate ao Assédio Moral abrindo um canal de atuação específico no Sindicato para as denúncias procurando resguardar o funcionário denunciante.

Vânia Maria e Raimundo Cordeiro

Emenda aditiva 3 após o parágrafo 99

Reuniões Periódicas do Processo de Periculosidade dos AEs

Os processos de periculosidade dos AEs devem ter reuniões periódicas dos AEs envolvidos com o depto. Jurídico do sindicato e o advogado para se prepararem para as audiências e também acompanhamento do processo.

Vânia Maria e Raimundo Cordeiro

Emenda aditiva 4 após parágrafo 99

Obedecer ao estatuto e as resoluções do congresso

Obedecer ao estatuto e as resoluções do congresso. O congresso dos metroviários é organizado com recursos oriundos da mensalidade espontânea da associação voluntária dos metroviários visando organizar os trabalhadores para defender seus interesses comuns, sem influência de governos e/ou de patrões.

Congressos anteriores apontaram resoluções que não foram obedecidas pelas gestões de direção do sindicato, como: a limitação de ausência da base de trabalhadores em dois mandatos consecutivos; o incentivo à renovação permanente no sindicato; a constituição de comissões sindicais de base; a formação política dos trabalhadores, a independência em relação a governos e patrões e a defesa da contribuição voluntária para a organização sindical através de mensalidades dos associados e contra o imposto compulsório sindical, agora manifestamente ameaçada pela atual direção do sindicato.

Condenamos qualquer tentativa de manobra casuística que ameace o princípio de desatrelamento ideológico e financeiro dos sindicatos e centrais em relação a qualquer governo como mantemos o princípio de auto-organização pelo convencimento voluntário dos trabalhadores da categoria, condenando qualquer imposto compulsório sobre o trabalhador metroviário, recusando o repasse de qualquer resíduo desses impostos por comprometer a imprescindível independência da classe proletária.

Altino, Ciro, Raimundo Cordeiro, Cátia, Adelson, Alexandre Leme, Celso Borba, José Carlos, Vânia Maria, Marisa, Neusa, Borguin, Narciso. Assinam pela Alternativa.

Emenda substitutiva ao parágrafo 114

Plano de Carreira

Implementar, organizado conjuntamente com os trabalhadores, um plano de carreira que, de forma justa e transparente, viabilize a ascensão do trabalhador dentro do quadro de cargos e salários da empresa através de concursos internos, priorizando-os para o preenchimento de vacância nos cargos, não ignorando um peso maior na avaliação relativa ao tempo exercido na função, retomando e garantindo o direito de promoção e transferência para qualquer área ou departamento dentro da empresa e rechaçar toda política de rebaixamento e/ou criação de funções com menor salário e sem os mesmos direitos conquistados como adicionais ou jornada de trabalho, como o recentemente criado cargo de auxiliar de manobras ou a imposição de multifuncionalidade dos profissionais de manutenção.

Altino, Ciro, Raimundo Cordeiro, Cátia, Adelson, Alexandre Leme, Celso Borba, José Carlos, Vânia Maria, Marisa, Neusa, Borguin, Narciso. Assinam pela Alternativa.

Emenda aditiva 1 após o parágrafo 114

Por um Plano de Carreira

O Metrô quer implantar um plano de carreira que não estabelece nenhum critério para movimentações de pessoal; propõe aumentar a exploração com a implementação da polivalência na manutenção, criando o trabalhador faz tudo; não permite a movimentação entre as carreiras na operação.

O 9º congresso dos metroviários resolve:

- Um plano de carreira que atenda os interesses da categoria tem que ter critérios objetivos para movimentação de pessoal, permita movimentação entre as carreiras da mesma gerência e por maturidade (tempo de casa) do metroviário.

- Eleger uma comissão de trabalhadores eleita nas áreas para junto com a diretoria do sindicato elaborar um plano de carreira da categoria para apresentar a empresa.

Altino, Ciro, Raimundo Cordeiro, Cátia, Adelson, Alexandre Leme, Celso Borba, José Carlos, Vânia Maria, Marisa, Neusa, Borguin, Narciso. Assinam pela Alternativa.

Emenda aditiva 2 após o parágrafo 114

Skillo é uma farsa

O Skillo é o novo programa de avaliação de desempenho adotado em algumas áreas da empresa. Num primeiro momento pode fazer o trabalhador acreditar que está participando de um processo onde ele faz sua auto-avaliação. No entanto, logo se percebe que não passa de uma armadilha. O trabalhador faz a sua própria avaliação, porém, no final, o que vale é a nota do chefe.

As empresas utilizam a avaliação de desempenho como controle sobre as promoções e movimentações de pessoal. Tenta interferir sobre quem pode ou não ser promovido ou movimentado.

O Metrô está adotando o Skillo ainda por outra razão. Como a chefia tem total controle sobre a avaliação de desempenho, pode justificar demissões de companheiros por baixo desempenho, como ocorreu na última greve com os 61 demitidos.

O 9º Congresso dos metroviários se posiciona contra o programa de avaliação de desempenho Skillo. O sindicato deve iniciar campanhas contra o programa junto à empresa e mover ações jurídicas, pois o programa não apresenta nenhuma objetividade para avaliar o desempenho do trabalhador, configurando-se num mecanismo de injustiça contra os metroviários.

Altino, Ciro, Raimundo Cordeiro, Cátia, Adelson, Alexandre Leme, Celso Borba, José Carlos, Vânia Maria, Marisa, Neusa, Borguin, Narciso. Assinam pela Alternativa.

Emenda Aditiva 1 após o parágrafo 115

Reposição de quadro com profissional metroviário e com os mesmos direitos

Há 6 anos a empresa transportava 1,7 milhões de usuários por dia, hoje são 3,2 milhões de usuários/dia. De lá pra cá as demandas aumentaram muito e o quadro só tem diminuído. Hoje, temos mais usuários, alteração nos POTs – programas de oferta de trens, alteração da operação comercial aos sábados e inauguração de novas estações.

Para os metroviários aumentou a pressão nas áreas, menos quadro operativo, mais voltas no tráfego, mais tempo na bilheteria, mais tempo de pé para os ASs nas estratégias da segurança sem descanso, mais tempo na operação plataforma, e mais assédio moral.

Contratação de metroviários sem os mesmos direitos (AMs sem periculosidade e com 40 horas fazendo o mesmo trabalho dos OTs, AE de 4 horas recebendo quase 1/3 do salário de AE3) e mais trabalhadores precarizados fazendo o mesmo trabalho dos metroviários e ganhando bem menos, como os trabalhadores das bilheterias da SP TRANS e os PETs (condução de deficientes).

O 9º congresso dos metroviários aprova campanhas junto a população com carta aberta aos usuários:

- Por um Metrô de Qualidade, Público e Estatal!
- Denúncias de sucateamento e falta de investimentos!
- Mais empregos com os mesmos direitos!
- Campanha de valorização dos metroviários!

Altino, Ciro, Raimundo Cordeiro, Cátia, Adelson, Alexandre Leme, Celso Borba, José Carlos, Vânia Maria, Marisa, Neusa, Borguin, Narciso. Assinam pela Alternativa.

Emenda aditiva 2 após parágrafo 115

Contra a terceirização

Lutar para que as atividades exercidas pelos PETs e pelos trabalhadores terceirizados que atuam com Bilhete Único sejam realizadas por metroviários contratados através de concurso público ou efetivação dos trabalhadores terceirizados.

Vânia Maria, Adelson, Cátia e Raimundo Cordeiro

Emenda aditiva 3 após o parágrafo 115

Repúdio às atitudes do Metrô na SIPAT da GOP

Desde 2003 não há a SIPAT – Semana Interna de Prevenção de

Acidentes na GOP. Todo ano as CIPAs das linhas 1, 2, 3 e 5 indicam representantes para a comissão de organização da SIPAT GOP, consultam os trabalhadores e apresentam tema e formato para a realização do evento. No entanto, a empresa se nega a realizar a SIPAT conforme as CIPAs deliberam e encaminha a atividade denominada SIPAT contrariando o que estabelece a NR-5.

O 9º congresso dos metroviários repudia a forma truculenta que a empresa trata as CIPAs e reafirma a importância de se ter CIPAs atuantes e empenhadas para a diminuição e eliminação de riscos a saúde dos trabalhadores.

Altino, Ciro, Raimundo Cordeiro, Cátia, Adelson, Alexandre Leme, Celso Borba, José Carlos, Vânia Maria, Marisa, Neusa, Borguin, Narciso. Assinam pela Alternativa.

Emenda aditiva 4 após o parágrafo 115

Bilheterias Blindadas Insalubres

Apesar de extensa legislação sobre condições de trabalho adequadas, o Metrô insiste em criar postos de trabalho que trazem graves danos à saúde do trabalhador.

A instalação das bilheterias blindadas sem levar em conta os riscos inerentes da atividade e potencializadas com um ambiente insalubre, sem conforto térmico e sem renovação de ar, faz com que a jornada se torne mais penosa e possibilita a contaminação com agentes biológicos, desenvolvimento de doenças respiratórias, dermatológicas e ocupacionais.

O 9º Congresso dos metroviários aprova encaminhamento a SRTE, antiga DRT, a denúncia com o objetivo de que este órgão obrigue o Metrô a atender as normas de saúde, segurança e higiene no trabalho.

Altino, Ciro, Raimundo Cordeiro, Cátia, Adelson, Alexandre Leme, Celso Borba, José Carlos, Vânia Maria, Marisa, Neusa, Borguin, Narciso. Assinam pela Alternativa.

O Sindicato deseja a todos os delegados um ótimo 9º Congresso e que as resoluções aprovadas fortaleçam a nossa categoria!